

# DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Govêrno, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

| ASSINATURAS |    |     |   |        |       |                 |     |   |   |    |    |   |      |
|-------------|----|-----|---|--------|-------|-----------------|-----|---|---|----|----|---|------|
| As S séries |    |     |   | Ano    | 2405  | Semestre        |     |   |   |    |    |   | 1308 |
| A 1.ª série |    | •   | ٠ | 20     | 908   |                 |     |   |   |    |    |   | 483  |
| A 2.º série | •  | ٠   | ٠ | ,      | 80∦   |                 | ٠   | • | • | •  |    |   | 438  |
| A 3.ª série | ٠  | ٠   | ٠ | Þ      | 80∦   | 1 .             | •   | ٠ | ٠ |    |    | • | 438  |
| Para o e    | st | rai |   | eiro e | colón | ias acresce o r | 101 |   | d | ۵. | co | - | eio  |

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2550 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

### Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

#### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Govêrno» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

#### SUMÁRIO

#### Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.º 34:379 — Mantém em vigor durante o corrente ano as disposições do decreto-lei n.º 32:646, que regula a aquisição de máquinas de escrever pelos serviços do Estado.

#### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 34:380 — Fixa as ajudas de custo a abonar ao pessoal da polícia de viação e trânsito, nos termos do decreto-lei n.º 33:834.

#### Ministério das Colónias:

Portaria n.º 10:842—Fixa as despesas a realizar até 31 de Dezembro do corrente ano com a Missão Geo-Hidrográfica da Guiné.

Portaria n.º 10:843—Fixa as despesas a realizar até 31 de Dezembro do corrente ano com a Missão Zoológica da Guiné.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

#### Decreto-lei n.º 34:379

Atendendo a que nas actuais condições do mercado ainda não é possível pôr novamente em vigor o regime normal de aquisição de máquinas de escrever para os serviços do Estado;

Atendendo, porém, a que o regime transitório adoptado desde 1943, inclusive, tem assegurado razoàvelmente o fornecimento dêste artigo e por isso se justifica a sua manutenção no ano corrente;

Atendendo, finalmente, que o princípio de só se admitir a aquisição de máquinas de escrever pelos serviços do Estado e organismos de coordenação económica, quando essa aquisição fôr imprescindível e compatível com a existência de máquinas de preço menos exagerado e de qualidade aceitável — distribuïção que incumbe

à Direcção Geral da Fazenda Pública regular —, não se coaduna com a demora no levantamento das máquinas cuja aquisição estiver autorizada ou a desistência da mesma aquisição verificadas no ano findo por parte de algumas entidades;

#### Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A aquisição de máquinas de escrever para os serviços do Estado e organismos de coordenação económica durante o corrente ano reger-se-á pelas disposições do decreto-lei n.º 32:646, de 28 de Janeiro de 1943, que pelo presente diploma continua em vigor por aquele período, para todos os efeitos.

Art. 2.º Salvo por motivo imprevisto aceite pelo Mi-

Art. 2.º Salvo por motivo imprevisto aceite pelo Ministro das Finanças, as máquinas cuja compra fôr autorizada têm de ser requisitadas e aceites dentro do prazo de quinze dias, a partir da data em que o serviço ou organismo interessado tiver conhecimento da referida autorização.

§ único. A preterição do disposto no corpo dêste artigo torna nula a requisição e inibe a entidade responsável de a renovar neste ano económico.

Art. 3.° Este decreto-lei entra imediatamente em vi-

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 16 de Janeiro de 1945. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Para ser presente à Assemblea Nacional.

#### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços de Viação

#### Decreto n.º 34:380

Com fundamento no disposto no artigo 10.º do decreto-lei n.º 33:834, de 4 de Agosto de 1944;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º As ajudas de custo a abonar ao pessoal da polícia de viação e trânsito, nos termos do decreto-

-lei n.º 33:834, de 4 de Agosto de 1944, são as constantes da tabela seguinte:

| Categorias         | 1.º grupo | 2.º grupo | 8.º grupo |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|
| Chefes de esquadra | 40\$00    | 40\$00    | 35\$00    |
|                    | 35\$00    | 30\$00    | 30\$00    |
|                    | 25\$00    | 25\$00    | 25\$00    |

Art. 2.º O pessoal deslocado da sua residência oficial para serviço de carácter permanente noutra localidade só terá direito ao abono de ajudas de custo durante os primeiros trinta dias que durar a deslocação. Findo êsse prazo considerar-se-á a residência oficial transferida definitivamente para o lugar da prestação do serviço e a êste se atenderá para o efeito de novas deslocações.

Art. 3.º Sem prejuízo do disposto no n.º 6.º do artigo 4.º do decreto-lei n.º 33:834, o pessoal das brigadas de fiscalização, ou outro encarregado de diligências especiais fora da localidade da sua residência oficial, será abonado de ajudas de custo desde o dia da partida até ao dia de regresso à sede de que dependa, ainda quando permaneça mais de trinta dias em qualquer localidade do respectivo itinerário por motivo de serviço.

Art. 4.º Este diploma considera-se em vigor desde 1 de Janeiro de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 16 de Janeiro de 1945. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancela de Abreu.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais

#### Portaria n.º 10:842

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em execução do artigo 6.º e seu § 2.º e do artigo 7.º do decreto-lei n.º 33:609, de 14 de Abril de 1944, fixar as despesas a realizar até 31 de Dezembro do corrente ano com a Missão Geo-Hidrográfica

da Guiné, na importância de 325.000\$, a satisfazer pela verba inscrita no capítulo 12.°, artigo 250.°, n.° 2), alínea b), do orçamento da colónia da Guiné para 1945, a saber:

| Despesas | com   | pess | soal |    |   |   |   |  |   |  |  | 170.000\$00 |
|----------|-------|------|------|----|---|---|---|--|---|--|--|-------------|
| Despesas | com   | ma   | teri | al | , |   |   |  |   |  |  | 35.000\$00  |
|          |       |      |      |    |   |   |   |  |   |  |  | 100.000\$00 |
| Despesas | diver | sas  |      | •  | • | • | • |  | • |  |  | 20,000\$00  |
|          |       |      |      |    |   |   |   |  |   |  |  | 325.000\$00 |

As transferências de verbas entre as diferentes rubricas dêste orçamento dependem de despacho ministerial, exarado sôbre proposta do presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

> Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Ministério das Colónias, 16 de Janeiro de 1945. — Pelo Ministro das Colónias, *Rui de Sá Carneiro*, Sub-Secretário de Estado das Colónias.

#### Portaria n.º 10:843

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em execução do disposto no artigo 18.º do decreto-lei n.º 33:613, de 17 de Abril de 1944, e no n.º 10.º da portaria n.º 10:671, de 25 de Maio do mesmo ano, fixar as despesas a realizar até 31 de Dezembro do corrente ano com a Missão Zoológica da Guiné, na importância de 150.000\$, a satisfazer pela verba inscrita no capítulo 12.º, artigo 250.º, n.º 2), alínea a), do orçamento da colónia da Guiné para 1945, a saber:

|          |       |     |       |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    | 75.000\$00 |
|----------|-------|-----|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|------------|
|          |       |     |       |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    | 20.000\$00 |
|          |       |     |       |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    | 40.000\$00 |
| Despesas | diver | sas | <br>٠ | • | • | • | • | • | • | ٠ | • | ٠ | ٠_ | 15.000\$00 |
|          |       |     |       |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |            |

150.000\$00

As transferências de verbas entre as diferentes rubricas dêste orçamento dependem de despacho ministerial, exarado sôbre proposta do presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

> Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Ministério das Colónias, 16 de Janeiro de 1945. — Pelo Ministro das Colónias, Rui de Sá Carneiro, Sub-Secretário de Estado das Colónias.